

Coluna do Castelo

Provável a reunião JORNAL DO BRASIL extraordinária



Há notícias de entendimentos de última hora por iniciativa de políticos do PMDB para apoiar a reforma tributária e o ajuste fiscal, em troca de concessões do governo federal relativas à renegociação das dívidas dos estados. Se consumado, o acordo asseguraria a aprovação do projeto de lei e da emenda constitucional ainda no curso da sessão ordinária do Congresso. Tecnicamente ambas as coisas são possíveis, mas dada a concorrência de interesses a pressionarem as sessões finais do ano legislativo, dificilmente se conseguiria tocar nos próximos dias uma emenda à Constituição.

A decorrência disso é que dificilmente deixará de ser convocado extraordinariamente o Congresso, pois a reforma tributária e o ajuste fiscal são condições para a efetivação do acordo com o FMI, proposto pelo governo mediante a carta de intenções com a concordância visível das lideranças políticas e parlamentares. É possível que, para aprovar de modo eficaz um ajuste que imponha novos tributos, tenha de ser adotado algum expediente que assegure a cobrança deles ainda em 1992, para que influam no desempenho financeiro do qual dependerá o êxito do próprio acordo.

Apesar das opiniões manifestadas por economistas e políticos de que o país não suportaria mais 20 meses de política recessiva, ainda não surgiu alternativa capaz de mobilizar apoio de um país que

necessita com urgência de perspectivas de dias melhores. A ex-ministra Zélia Cardoso de Mello foi uma das que afirmaram ser impossível uma recessão por mais 20 meses, apesar de ter sido ela quem recorreu ao arrocho monetário para tentar reduzir a inflação. Seu sucessor insiste em que a recessão terminará por dar os resultados dos quais os indicadores econômicos oferecem já algum sinal.

Atribui-se a tendência atual do PMDB à influência do seu presidente, Orestes Quércia, e do governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury, empenhado em armar uma área de segurança anti-recessiva no seu estado. Não discordariam eles da necessidade de um esforço para arrumar as finanças do país em consonância com as exigências do mercado, mas pretenderiam que os efeitos mais dramáticos da recessão prolongada sejam atenuados não só regionalmente mas também socialmente. Esse condicionamento é que estaria sendo negociado ainda em nível das lideranças parlamentares.

O governo continua confiante em que alguma coisa será feita para honrar os compromissos assumidos e cujos termos todos concordam serem incontornáveis. Para que o país saia da crise da qual já emergiram, sob a batuta do FMI, outras nações do continente o remédio por amargo que seja não poderá deixar de ser tomado até a última gota. A hora da decisão é esta.